

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2023



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Balanço Patrimonial

LINHA DE ITACAIÚNAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	61	197
Imposto a recuperar	6	53	140
Total do circulante		114	337
Não circulante			
Imposto a recuperar	6	18	-
Total do não circulante		18	-
Total do ativo		132	337

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LINHA DE ITACAIÚNAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	7	108	108
Impostos e contribuições sociais	8	13	24
Partes relacionadas	9	-	560
Total do circulante		121	692
Não circulante			
Fornecedores	7	800	-
Provisões para riscos fiscais e regulatório	10	45	40
Outras contas a pagar		-	771
Total do não circulante		845	811
Patrimônio líquido			
Capital social	11.1	39.726	39.726
Recursos destinados a futuro aumento de capital	9	380	10
Prejuízos acumulados	14	(40.940)	(40.902)
Total patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital		(834)	(1.166)
Total do passivo e patrimônio líquido		132	337

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Demonstração do Resultado

LINHA DE ITACAIÚNAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2023	2022
Outras Receitas			
Receita operacional líquida			-
Custo do serviço	12	(30)	-
Lucro bruto		(30)	-
Despesas gerais e administrativas	12	(8)	(818)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		(8)	(818)
Receitas financeiras	13	6	32
Despesas financeiras	13	(6)	(570)
Despesas financeiras líquidas		0	(538)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(38)	(1.356)
Prejuízo do exercício		(38)	(1.356)
Prejuízo por ação R\$	14	-	(0,03)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstração do Resultado Abrangente

LINHA DE ITACAIÚNAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Prejuízo do exercício	14	(38)	(1.356)
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes		-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício		(38)	(1.356)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração das mutações do patrimônio líquido

LINHA DE ITACAIÚNAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	(Prejuízos) Lucros acumulados	Recursos destinados a futuro aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		39.726	(39.546)	-	180
Recursos destinados a futuro aumento de capital	9			10	10
Lucro líquido do exercício	14	-	(1.356)	-	(1.356)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		39.726	(40.902)	10	(1.166)
Recursos destinados a futuro aumento de capital	9	0	0	370	370
Prejuízo do exercício	14	0	(38)	0	(38)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		39.726	(40.940)	380	(834)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstração do fluxo de caixa

LINHA DE ITACAIÚNAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Atividades operacionais			
(Prejuízo) Lucro do exercício		(38)	(1.356)
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais		2	-
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
Diminuição de impostos a recuperar		69	144
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento de fornecedores		800	-
(Diminuição) aumento de Tributos e contribuições sociais		(10)	4
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1)	-
Aumento de provisões		-	811
(Diminuição) de outras contas a pagar		(771)	-
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		51	(397)
Atividades de investimento			
Aplicações financeiras e recursos vinculados		3	-
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		3	-
Atividades de financiamento			
Partes relacionadas	9	(560)	560
Recursos destinados a futuro aumento de capital	9	370	10
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		(190)	570
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		(136)	173
Caixa e equivalentes de caixa iniciais	5	197	24
Caixa e equivalentes de caixa finais	5	61	197
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		(136)	173

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. Demonstração do valor adicionado - DVA

LINHA DE ITACAIÚNAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Geração do valor adicionado			
Receitas		-	-
		-	-
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais e serviços de terceiros		(38)	(779)
Outros custos operacionais		0	(40)
		(38)	(819)
Valor adicionado bruto		(38)	(819)
Valor adicionado líquido produzido		(38)	(819)
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		6	32
Valor adicionado a distribuir		(32)	(787)
Distribuição do valor adicionado:			
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		-	2
Remuneração de capital de terceiros			
Juros		6	567
Remuneração de capitais próprios			
Lucro (Prejuízo) do exercício		(38)	(1.356)
		(32)	(787)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nota Explicativa

Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia Ltda **Notas explicativas às demonstrações financeiras para o** **exercício findo em 31 de dezembro de 2023** (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1 Contexto operacional

A Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia Ltda. ("LITE" ou "Companhia"), sociedade limitada, foi constituída em 15 de maio de 2013 como sociedade limitada e está estabelecida em Cataguases, estado de Minas Gerais. A Companhia tinha por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, porém através da Portaria nº 484, de 14 de dezembro de 2017, foi declarada a caducidade da concessão da Companhia, tendo por consequência a extinção da concessão.

1.1 Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 10 de maio de 2013 a Gemini Energy S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 01/2013, realizado na Bolsa de Valores do São Paulo, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à linha de transmissão Tucuruí II - Colinas. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 1º de agosto de 2013, foi publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2013.

No dia 1º de agosto de 2013, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 012/2013 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pela linha de transmissão em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 272 km, com origem na subestação Tucuruí II, localizada no estado do Pará e término na subestação Itacaiúnas, também localizada no estado do Pará; pela linha de transmissão Itacaiúnas - Colinas, em 500kV, segundo circuito simples, com extensão aproximada de 291 km, com origem na subestação Itacaiúnas e término na subestação Colinas; respectivas entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, equipamentos de compensação reativa e respectivas conexões, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos são:

I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade, providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória.

V - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VI - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e

VII - operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 7 de julho de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

Em 14 de dezembro de 2017 foi declarada a caducidade da concessão da Companhia.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas *pelo International Accounting Standards Board* IASB, que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2024.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas *pelo International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 10 - Provisões para riscos fiscais e regulatório

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Principais políticas contábeis

- a. **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. **Instrumentos financeiros**

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2023, compreendem, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

- c. Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 no ano. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurado pela Companhia;

- d. Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao IAS 1	Passivos não circulantes com <i>covenants</i>	1º de janeiro de 2024
Alterações IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores	1º de janeiro de 2024
IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de “ <i>Sale and leaseback</i> ”	1º de janeiro de 2024

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
IAS 12	Impostos Diferidos ativos e passivos decorrentes de uma única	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 –	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 –
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras.

4 Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5 Caixa e equivalentes de caixa

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	61	197
Total de caixa e equivalentes de caixa	61	197

6 Impostos a recuperar

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

	2023	2022
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	68	126
Contribuição Social sobre o Lucro - CSLL	2	14
Outros	1	-
Total	71	140
Total do ativo circulante	53	140
Total do ativo não circulante	18	-

7 Fornecedores

	2023	2022
Serviços (*)	908	108
Total	908	108
Circulante	108	108
Não Circulante	800	-

(*) inclui o valor de R\$800 referente a honorários de êxito.

8 Impostos e contribuições sociais

	2023	2022
Contribuição Social sobre o Lucro - CSLL	-	8
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	13	13
Outros	-	3
Total	13	24

9 Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Gemini Energy S/A (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das seguintes companhias:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Gemini Energy S/A:		
· Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A;	LTTE	Transmissão de energia
· Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A;	LXTE	Transmissão de energia
· Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A; e	LMTE	Transmissão de energia
· Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda.	POMTE	Serviços

A Gemini Energy S/A é controlada pela Energisa Transmissão de Energia S/A, que por sua vez é controlada pela Energisa S/A, que por meio das participações nas sociedades, Denerge Desenvolvimento Energético S/A (controladora da Rede Energia Participações S/A), Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Energisa Soluções S/A (ESOL), Alsol Energias Renováveis S/A (ALSOL), Energisa Biogás S/A (EBG), Energisa Distribuição de Gás S/A (EDG), Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM) e Energisa Participações Nordeste S/A (EPN) possui participação nas seguintes Companhias e empresas:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa S/A:		
· Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A;	EPB	Distribuição de energia
· Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A;	EMG	Distribuição de energia
· Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A;	ERO	Distribuição de energia
· Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A;	ESE	Distribuição de energia
· Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A;	EAC	Distribuição de energia
· Energisa Soluções S/A;	ESOL	Serviços
· Energisa Comercializadora de Energia Ltda;	ECOM	Comercialização de energia
· Voltz Capital S/A;	VOLTZ	Serviços
· Alsol Energias Renováveis S/A;	ALSOL	Geração distribuída
· Energisa Geração Central Solar Rio Peixe I S/A;	EGCS-RP1	Parque Solar
· Energisa Geração Central Solar Rio Peixe II S/A.;	EGCS-RP2	Parque Solar
· Energisa Biogás S/A.;	EBG	Holding
· Energisa Distribuição de Gás S/A; e	EDG	Holding
· Energisa Participações Nordeste S/A.	EPN	Holding
Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:		
· Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;	EPA I	Transmissão de energia
· Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;	EGO I	Transmissão de energia
· Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;	EPA II	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;	ETT	Transmissão de energia
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A;	EAM	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A;	ETT II	Transmissão de energia
· Energisa Paranaita Transmissora de Energia S/A;	EPTE	Transmissão de energia
· Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A;	EAP	Transmissão de energia
· Gemini Energy S/A;	GEMINI	Holding
· Nova Gemini Transmissão de Energia S/A;	NOVA GEMINI	Holding
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A;	EAM II	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia IV S/A;	ETE IV	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia V S/A;	ETE V	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia VII S/A;	ETE VII	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia VIII S/A; e	ETE VIII	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia IX S/A.	ETE IX	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia X S/A.	ETE X	Transmissão de energia
Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A		
· Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A;	EMT	Distribuição de energia
· Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A;	EMS	Distribuição de energia
· Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A;	ETO	Distribuição de energia
· Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A;	ESS	Distribuição de energia
· Multi Energisa Serviços S/A;	MULTIENERGISA	Serviços
· Rede Power do Brasil S/A;	REDE POWER	Holding
· Companhia Técnica e Comercialização de Energia; e	CTCE	Comercialização de energia
· QMRA Participações S/A.	QMRA	Holding
Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A:		
· Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda;	LARALSOL	Geração de energia distribuída
· URB Energia Limpa Ltda;	URB	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica I S/A;	REENERGISA I	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A;	REENERGISA II	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica III S/A;	REENERGISA III	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica IV S/A;	REENERGISA IV	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica VI S/A;	REENERGISA VI	Geração de energia distribuída
· Renesolar Engenharia Elétrica Ltda;	RENESOLAR	Geração de energia distribuída
· Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda; e	FLWSOLAR	Geração de energia distribuída
· Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.	CARBONSOLAR	Geração de energia distribuída
Controladas diretas da Energisa Soluções S/A:		
· Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A.	ESOLC	Serviços
Controlada direta da Energisa Biogás S/A:		
· Agric Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais S/A	AGRIC	Usina de compostagem

	Sigla	Ramo de atividade
Controlada direta da Energisa Distribuição de Gás S/A · Companhia de Gás do Espírito Santo - ES Gás	ESGAS	Distribuição de gás natural

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Recursos destinados a futuro aumento de capital (*)	Débito com partes relacionadas
GEMINI	(380)	-
2023	(380)	-
2022	(10)	(560)

(*) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados.

10 Provisões para riscos fiscais e regulatório

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria fiscal e regulatória.

10.1 Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões:

	Fiscais	2023	2022
Saldos iniciais	40	40	-
Constituições de provisões / mudança de prognóstico	-	-	39
Atualização monetária	5	5	1
Saldos finais	45	45	40

10.2 Perdas possíveis

A Companhia possui processos de natureza fiscal e regulatória em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Abaixo demonstrativo das movimentações dos processos classificados com prognóstico de perdas possíveis:

	Regulatórias	2023	2022
Saldos finais	37.437	37.437	37.295
Novos processos	-	-	39
Constituições de provisões / mudança de prognóstico	(2.620)	(2.620)	(306)
Atualização monetária	4.566	4.566	409
Saldos iniciais	39.383	39.383	37.437

Principal processo

Empresa	Tipo de	Nº Processo/ação	Objeto	2023	2022
LITE	Auto de Infração	48500.006110/2017-27	Discute-se questões relacionadas a suposto descumprimento de prazo regulatório	39.383	37.437

11 Patrimônio Líquido

11.1 Capital Social

O capital social é de R\$39.726 (R\$39.726 em 2022), representando R\$39.725.649 (39.725.649 em 2022) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país.

12 Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto.

	Despesas operacionais	Despesas Gerais e administrativa	Total	
			2023	2022
Serviços de terceiros	30	-	30	779
Material	-	7	7	-
Provisões para riscos	-	-	-	39
Outros	-	1	1	-
	30	8	38	818

13 Receitas e despesas financeiras

	2023	2022
Receitas financeiras:		
Receitas financeiras	3	32
Outras Receitas Financeiras	3	
Total receitas financeiras	6	32
Despesas Financeiras		
Atualização contingência	(5)	-
Despesas com IOF	(1)	(563)
Juros e multa	-	(7)
Total despesas financeiras	(6)	(570)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	-	(538)

14 Prejuízo por ação básico e diluído

	2023	2022
Prejuízo do exercício:	(38)	(1.356)
Média ponderada das ações	39.726	39.736
Prejuízo básico por ação - R\$¹	(0,001)	(0,03)

¹ A Companhia não possui instrumento diluidor.

---*---

ADMINISTRAÇÃO

Gabriel Mussi Moraes
Administrador

Maurício Perez Botelho
Administrador

Fernando César Maia
Administrador

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Administrador

Rodolfo da Paixão Lima
Contador
CRC-RJ 107.310/O-0
CPF n° 091.305.627-8